



# Direito ambiental

*Política Nacional do Meio Ambiente: objetivos e instrumentos de execução.  
Sistema Nacional do Meio Ambiente: Composição e competências*

**Georges Louis Hage Humbert**

*Twitter: georges\_humbert*



*[www.humbert.com.br](http://www.humbert.com.br)*

*E-mail: [georges@humbert.com.br](mailto:georges@humbert.com.br)*

# Política Nacional do Meio Ambiente

- A Lei nº 6.938/81 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formação e aplicação, e dá outras providências
- a lei em questão definiu conceitos básicos como o de meio ambiente, de degradação e de poluição e determinou os objetivos, diretrizes e instrumentos, além de ter adotado a teoria da responsabilidade.
- política ambiental é a organização da gestão estatal no que diz respeito ao controle, fiscalização, monitoramento e exercício do poder de polícia, para fim de cumprimento do art. 225 da Constituição o do dever-pode de tutela dos recursos ambientais e à determinação de instrumentos capazes de incentivar as ações produtivas ambientalmente corretas.
- a Política Nacional do Meio Ambiente possui objetivo geral e objetivos específicos, estando o primeiro previsto no *caput* do art. 2º da Lei nº 6.938/81:
- GERAL: a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propicia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. **Preservação, melhoramento e recuperação do meio ambiente são fundamentais.** Manter o estado natural dos recursos ambientais para as presentes e futuras gerações, impedindo a intervenção IRRACIONAL E DESENFREADA. Significa perenizar, perpetuar, mas não necessariamente deixar intocados os recursos ambientais.

# Política Nacional do Meio Ambiente

- Os objetivos específicos estão disciplinados pela lei em questão de uma forma bastante ampla no art. 4º:
- I – à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
- II – à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- III – ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;
- IV – ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnológicas nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;
- V – à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;
- VI – à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;
- VII – à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.
- **Tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos revelam a essência constitucional de MAEE: harmonizar a defesa do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e com a justiça social. ART. 6º, 170 e 225 da CRFB. Promoção do desenvolvimento sustentável e como pressuposto basilar a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana.**

# Política Nacional do Meio Ambiente

- O art. 2º da Lei nº 6.938/81, após estabelecer o objetivo geral da Política Nacional do Meio Ambiente, define o que chama de princípios norteadores das ações, **MAS QUE REVELAM, EM RIGOR, VERDADEIRA TRADUÇÃO / CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LEI.**
- I – ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II – racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III – planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV – proteção dos ecossistemas, com a preservação das áreas representativas;
- V – controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI – incentivo ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII – acompanhamento do estado de qualidade ambiental;
- VIII – recuperação de áreas degradadas;
- IX – proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X – educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

# Política Nacional do Meio Ambiente

- Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente são aqueles mecanismos utilizados pela Administração Pública ambiental para promover a gestão do meio ambiente o intuito de atingir os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente. Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente estão elencados pelo 9º Lei nº 6.938/81:
- I – o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- II – o zoneamento ambiental;
- III – a avaliação de impactos ambientais;
- IV – o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- V – os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;
- VI – a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;
- VII – o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;
- VIII – o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumento de Defesa Ambiental;
- IX – as penalidades disciplinares ou compensatórias não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.
- X – a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- XI – a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes;
- XII – o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

# Sistema Nacional de Meio Ambiente

- De acordo com o caput do art. 6º da Lei nº 6.938/81, o Sistema Nacional do Meio Ambiente é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de fundações instituídas pelo Poder Público.
- Estrutura político-administrativa governamental aberta à participação de instituições não-governamentais por meio dos canais competentes. Na definição de José Afonso da Silva: é o conjunto articulado de órgãos, entidades, normas e práticas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e de fundações instituídas pelo Poder Público sob a coordenação do CONAMA.
- O SISNAMA está situado no âmbito do Poder Executivo
- Art. 3º. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, tem a seguinte estrutura:
  - I – Órgão Superior: o Conselho de Governo;
  - II – Órgão Consultivo e Deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);
  - III – Órgão Central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM/PR);
  - IV – Órgão Executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
  - V – Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, as fundações instituídas pelo Poder Público cujas atividades estejam associadas às de proteção da qualidade ambiental ou àquelas de disciplinamento do uso de recursos ambientais, bem assim os órgãos e entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental; e
  - VI – Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades referidas no inciso anterior, nas suas respectivas jurisdições.